

O ajuste do balanço de pagamentos depende da entrada de US\$ 1,5 bilhão

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Brasil precisará receber dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Eximbank japonês, um total de US\$ 1,5 bilhão nos próximos dois anos para fechar as contas do balanço de pagamentos, conforme os números negociados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a elaboração da carta de intenções e do memorando técnico, dentro do acordo de ajuste do tipo "stand by".

Ao ser entrevistado neste último domingo no programa "Crítica e Autocrítica" deste jornal, transmitido pela TV Bandeirantes, o secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente, que chefieira a missão negociadora do País junto ao FMI, revelou que as projeções das contas externas do País embutem o desembolso adicional de US\$ 750 milhões do Banco Mundial, BID e Eximbank do Japão em 1992 e mais US\$ 750 milhões em 1993.

"Já em Washington (onde Parente esteve por quinze dias, no início deste mês, coordenando as negociações técnicas com o FMI), fizemos contatos com aqueles organismos para saber se seria factível considerar aquelas liberações na nossa programação", disse ele, confirmando que as projeções do balanço de pagamentos foram traçadas a partir de determinadas suposições com relação aos resultados que poderão ter as negociações da dívida externa com os bancos credores privados e com as agências oficiais de financiamento que se sentam no Clube de Paris.

SUPOSIÇÕES

"Não tínhamos outra alternativa senão a de fazeremos algumas suposições, embora isso não queira dizer que será o final da negociação", atestou ele, adiantando que houve moderação no tratamento dado ao movimento de capital de investimento nos próximos dois anos. "Estamos considerando nas projeções um ritmo de ingresso compatível com o que ocorreu neste ano", informou Parente. Ele ressaltou, no entanto, que não será surpresa se vier a ocorrer no ano que vem — em função das medidas de ajuste que o governo pretende fazer e dos acordos que se propõe a fechar com os credores internacionais — uma entrada de capitais em volume maior do que o valor considerado para efeito de projeção do balanço de pagamentos.

O País pretende chegar ao final do ano que vem com equilíbrio na conta de transações correntes (resultado da balança comercial menos a conta de serviços, que soma os pagamen-

Dúvidas quanto à visita

por Claudia Safatle de Brasília

Ainda não está descartada a possibilidade de o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, passar por Brasília e ter um encontro com o presidente Collor de Mello. Camdessus encerra a viagem à América Latina — Chile, Argentina e Uruguai — no próximo final de semana e poderia passar por Brasília para receber a carta de intenção do governo brasileiro ao FMI pessoalmente, na segunda-feira da semana que vem. O único problema para fechar esse evento seria a agenda do presidente da República, já que Collor estará em Cartagena (Colômbia), para a reunião presidencial do Grupo do Rio. No final da noite de ontem, as expectativas da equipe econômica sobre esse encontro já estavam mais frias, mas não descartadas.

A carta de intenção do go-

verno brasileiro ao FMI está pronta, aguardando apenas o momento de ser entregue. A vinda de Camdessus ao Brasil está sendo tentada dentro da estratégia da equipe econômica de mudar as expectativas inflacionárias. Os dados da FIPE relativos à inflação de novembro, indicaram uma queda, ainda que pequena, passando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 27,3 para 27,1% entre a primeira e a segunda quadrissemanas, podendo encerrar o mês na casa dos 26%. Esse desempenho foi comemorado pelos economistas oficiais e acendeu uma esperança de que essa redução inflacionária já seja uma efetiva mudança de curva, resultado da austeridade monetária e fiscal. Nesse cenário, o acordo com o FMI só consolidaria a reversão de expectativas inflacionárias e, se ele puder ser encaminhado numa visita de Camdessus a Brasília, melhor ainda.

tos de juros, mais remessas de lucros e dividendos, pagamentos de frete, seguros e "royalties") e um saldo na balança comercial em torno de US\$ 12 bilhões. Além de um acordo com os bancos credores privados que poderá contemplar o pagamento de algum juro adicional além dos 30% desembolsados atualmente pelo País, os números prevêem um acordo com o Clube de Paris para reescalo-

namento de uma dívida de US\$ 22 bilhões, dos quais US\$ 1,5 bilhão se refere a juros devidos às agências oficiais credoras e que vencerá ao longo de 1992.

CRESCIMENTO

Os recursos adicionais que o País espera receber, principalmente do Banco Mundial e do BID, que foram contabilizados como ingresso nas contas externas de 1992 e de 1993, não estão por enquanto relacio-

nados a nenhum projeto específico, embora envolvam a possibilidade de desembolso vinculado a empréstimos setoriais. "O importante é que tenhamos esse capital emprestado por essas instituições", observou Parente.

O secretário nacional de Planejamento, ao comentar as hipóteses por trás da carta de intenções que prevê crescimento econômico zero em 1992 e aumento do PIB em 3% no ano de 1993, fez questão de frisar que o objetivo do governo não é a recessão. "Teremos redução do produto per capita em 1992, mas do produto total", disse ele, contrapondo que o governo não pode fazer política econômica pela metade, com crescimento e recessão alternando-se, conforme ocorreu na década de 80. A retração econômica esperada ainda no primeiro semestre do ano que vem será fruto, segundo confirmou, das medidas a serem tomadas para o ajuste fiscal.

Com relação ao impacto dos juros, que representa justamente a diferença entre o superávit primário de 3% do PIB esperado para 1992 e o déficit operacional de 2,7% do PIB, Parente explicou que será consequência de uma política monetária austera, mas não só isso. O aumento do peso dos encargos também reflete a substituição de uma dívida que está bloqueada em cruzados novos no BC, sendo financiada pela TR mais 6% de juro ao ano, por uma dívida que passará a custar os juros de mercado.

Governo quer fechar acordo com FMI este ano

por Mara Luquet de São Paulo

O governo brasileiro entrega nos próximos dias ao Fundo Monetário Internacional (FMI) sua carta de intenções e espera estar ainda neste ano com o acordo fechado. A informação é do presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, que ontem esteve na abertura do Congresso Internacional das Empresas de Leasing em São Paulo. Gros disse para os executivos desse mercado que o acordo com os credores, o bom andamento do programa de privatização, a reforma tributária e a proposta de emenda constitucional são os pilares que vão resolver os problemas econômicos do País.

O presidente do BC disse que, se o País conseguir uma reforma interna com competência, o processo de renegociação da dívida externa vai deslanchar mais fácil. O acordo com o FMI é mais um passo na recuperação do crédito público.

Com os bancos comerciais credores do País, Gros disse que o negociador oficial da dívida, Pedro Malan, estará embarcando nesta semana para Nova York para dar início às conversas com o comitê de bancos. O acordo com o Clube de Paris, segundo Gros, está previsto para ter início em 1992.

Os esforços do governo para resolver a crise do País passam necessariamente pelo Congresso Nacional. Gros disse aos executivos que a reforma tributária é urgente, porque o governo precisa arrecadar mais até que consiga pagar menos e para isso necessita de autorização constitucional.